A EDUCAÇÃO COMO NEGÓCIO: A INSERÇÃO DO GRUPO POSITIVO NA PRIVATIZAÇÃO E NO CONTROLE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

EDUCATION AS BUSINESS: THE INSERTION OF GRUPO POSITIVO IN PRIVITIZATION AND CONTROL OF THE BRAZILIAN PUBLIC EDUCATION SYSTEM

LA EDUCACIÓN COMO NEGOCIO: LA INSERCIÓN DEL GRUPO POSITIVO EN LA PRIVATIZACIÓN Y CONTROL DE LA EDUCACIÓN PÚBLICA BRASILEÑA

Juliana Selau Lumertz[1]

RESUMO
O artigo busca analisar a influência do Grupo Positivo na educação pública brasileira. O foco é entender como a atuação do grupo promove a mercantilização e a privatização da educação, transformando-a em um campo de disputa entre o interesse público e o privado. O texto discute a privatização *da* e *na* educação pública no Brasil, destacando que ela ocorre por meio da transferência de ativos públicos para o setor privado. Trata-se, portanto, de mais uma estratégia de privatização do público, em que o fundo estatal destinado à educação é apropriado por corporações que transformam direitos sociais em oportunidades de negócio. Outra estratégia por parte das empresas que compromete o caráter público e democrático da educação é a introdução da gestão privada na educação resultando em processos de privatização que trazem em si a lógica do mercado e o controle empresarial no sistema educacional, gerando assim conflitos em relação à democratização. A pesquisa foi realizada no município de Gravataí/RS por meio de um Estudo de Caso. Concluímos que a comercialização da educação, impulsionada por corporações, prejudica a função social da educação pública, moldando-a para interesses de mercado. Esses processos de privatização enfraquecem a democracia nas escolas, centralizando decisões e comprometendo a autonomia dos educadores, criando desigualdades no acesso à qualidade do ensino, além de transformar o fundo público em lucro privado. Além disso, enfatiza que a lógica de mercado nas redes públicas provoca a fragilização da gestão democrática, substituindo-a por práticas autoritárias, que limitam a participação e a justiça social.
PALAVRAS-CHAVE: privatização educacional; fundo público; controle empresarial da educação; Grupo Positivo; democratização.

ABSTRACT
This article examines the influence of Grupo Positivo on Brazilian public education. It focuses on how the group's activities promote the commodification and privatization of education, turning it into a field of dispute between public and private interests. The text highlights the privatization of and within public education in Brazil, emphasizing its occurrence through the transfer of public resources to the private sector. This process reveals a strategy in which state funds allocated to education are appropriated by corporations, transforming social rights into business opportunities. Another strategy adopted by corporations that undermines the public and democratic character of education is the introduction of private management in schools, bringing market logic and corporate control into the educational system, and thus generating tensions regarding democratization. The research was conducted in the municipality of Gravataí/RS, through a Case Study. The findings indicate that the commercialization of education, driven by corporations, weakens the social function of public education and aligns it with market interests. These privatization processes undermine democracy in schools by centralizing decisions, limiting educators' autonomy, creating inequalities in access to quality education, and converting public funds into private profit. Moreover, they emphasize how market logic within public networks deteriorates democratic management, replacing it with authoritarian practices that restrict participation and social justice.
KEYWORDS: educational privatization; public funds; corporate control of education; Grupo Positivo; democratization.

[1] Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME/SMED), Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8204-6234.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 122-143, set./dez. 2025.
Recebido em: 08/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

RESUMEN
El artículo busca analizar la influencia del Grupo Positivo en la educación pública brasileña. El enfoque es entender cómo su actuación promueve la mercantilización y la privatización de la educación, transformándola en campo de disputa entre los intereses público y privado. El texto discute la privatización de y en la educación pública brasileña, resaltando que ocurre a través de la transferencia de activos públicos para el sector privado. Se trata de una estrategia más de privatización de lo público, en la que el fondo estatal destinado a la educación es apropiado por corporaciones que transforman derechos sociales en oportunidades de negocio. Otra estrategia que compromete el carácter público y democrático de la educación es la introducción de la gestión privada en la educación, resultando en procesos de privatización que traen la lógica del mercado al sistema educativo, generando conflictos en relación a la democratización. La investigación se ha realizado en el municipio de Gravataí/RS a través de un estudio de caso. Concluimos que la comercialización de la educación pública, impulsada por corporaciones, perjudica su función social, amoldándola para intereses del mercado. Esos procesos de privatización debilitan la democracia en las escuelas, centralizando decisiones y comprometiendo la autonomía de los docentes, creando desigualdades en el acceso a la calidad educativa, además de transformar el fondo público en ganancias privadas. Asimismo, destaca que la lógica del mercado en las redes públicas ocasiona la fragilidad de la gestión democrática, sustituyéndola por prácticas autoritarias, que limitan la participación y la justicia social.
PALABRAS-CLAVE: privatización educativa; fondo público; control empresarial de la educación; Grupo Positivo; democratización.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este estudo analisa a inserção do Grupo Positivo (GP) na educação básica no Brasil, evidenciando como a lógica mercantil vem afetando o setor público em um contexto capitalista influenciado por empresas educacionais com fins de lucro que dominam o mercado educacional, disputando o fundo público e o controle do setor pedagógico, da gestão e da avaliação educacional. O artigo oriundo de um estudo de caso[2] realizado no município de Gravataí/RS que entre os anos de 2013 a 2021 adquiriu um pacote denominado "Sistema Privado de Ensino" (Lumertz, 2024).

O objetivo do texto é analisar criticamente a mercantilização da educação pública no Brasil a partir da atuação do Grupo Positivo, evidenciando como ele participa ativamente da privatização e do controle da disputa de projetos societários e administrativos da educação, reforçando a perspectiva da educação como um campo de concorrência entre o público e o privado. Quando falamos em público, não estamos nos referindo apenas ao que é administrado pelo Estado, mas ao que é construído coletivamente e colocado a serviço de toda a sociedade. O público, nessa perspectiva, se realiza quando está ligado à democracia, entendida aqui não como uma abstração, mas materializada em direitos e em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social (Peroni, 2015).

[2] Com base em Triviños, o estudo de caso é entendido como "categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente" (Triviños, 1987, p. 134).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 122-143, set./dez. 2025.
Recebido em: 08/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

A relação entre o público e o privado expressa projetos societários distintos. O público vincula-se à democracia, na medida em que materializa direitos sociais, sendo a educação central para a construção de uma sociedade sustentada em políticas sociais públicas e democráticas (Peroni, 2018). E a educação, para além de um exercício intelectual, se traduz em luta social, em conquistas de direitos e em políticas públicas que expressam a prática coletiva e transformadora. Por outro lado, o privado se articula ao mercado, orientando-se pelo projeto do capital. A lógica capitalista tem adentrado nas políticas sociais, esvaziando obrigações e comprometendo direitos públicos ao mesmo tempo em que diminui os espaços de decisão coletiva, em vez de promover benefícios para a sociedade.

> Não se trata de uma contraposição entre Estado e sociedade civil, pois tratamos de projetos com interesses de classe antagônicos em correlação de forças: os diferentes projetos societários e educativos em relação atravessam sociedade civil e Estado. Em síntese, 'a concepção de público incorpora a noção de um projeto democrático e coletivo, enquanto o privado se refere ao projeto do capital' (Peroni; Lima, 2023, p. 35, grifos do autor).

O público não está apenas sob responsabilidade do Estado, mas também está ligado a um projeto democrático e coletivo, voltado à garantia de direitos sociais e à construção de políticas públicas universais. O privado, entretanto, busca transformar direitos em mercadoria e subordinar a educação e as demais áreas sociais à lógica do mercado. Dessa forma, público e privado não podem ser reduzidos à noção de propriedade, mas devem ser compreendidos como projetos societários em disputa: de um lado, o democrático; de outro, o hegemônico. Ambos atravessados pela correlação de forças entre as classes sociais (Lumertz, 2024).

Este trabalho analisa a inserção do Grupo Positivo (GP) na educação básica brasileira, evidenciando a racionalidade de mercado voltada ao segmento público dentro de um processo capitalista demarcando um mercado educacional. Com estratégias distintas voltadas ao setor público e privado, via Positivo Educacional e via Positivo Tecnologia, o grupo consolida um modelo de negócios que, sob a retórica da eficiência, eficácia e inovação, avança sobre recursos públicos e redefine finalidades educacionais dominando o processo educacional introduzindo a lógica da gestão privada na educação.

A implementação de modelos de gestão privada nas escolas gera um conjunto de mudanças que trazem a lógica do mercado e a administração de empresas para dentro do sistema de ensino público, o que provoca discussões sobre a democratização da educação, resultando em processos de privatização. A atuação do Grupo Positivo no Ensino Fundamental brasileiro exemplifica essas práticas de transferência para o setor privado, de

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 122-143, set./dez. 2025.
Recebido em: 08/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

mercantilização e de controle sobre a educação, ameaçando os princípios de uma educação pública, democrática e disponível para todos.

A entrada do Grupo Positivo na educação estatal é analisada metodologicamente no contexto da redefinição do papel do Estado (Peroni, 2003), em que, conforme Mészáros (2002), o capital estaria passando por um período de crise econômica, resultando na adoção de um processo de reestruturação, com o objetivo de restabelecer seu ciclo de reprodução. A crise evidenciou diferentes estratégias visando atenuar seus impactos, entre as quais se destacam o Neoliberalismo, a Terceira Via, a Reestruturação Produtiva e a Globalização (Peroni, 2003).

O capitalismo, por sua natureza contraditória, vive ciclos de crise, especialmente quando a lógica de acumulação encontra limites no próprio processo de produção e de circulação das mercadorias. Nas últimas décadas do século XX, evidenciou-se uma crise estrutural que afetou não apenas a economia, mas também as formas de organização do trabalho, o papel do Estado e as relações internacionais. Diante disso, o capital buscou alternativas para recuperar sua taxa de lucro e manter seu ciclo de reprodução ampliado. Entre estas estratégias, sobressaem a Terceira Via e, sobretudo, o Neoliberalismo, cuja centralidade orienta a análise aqui desenvolvida. Essas táticas não resolveram a crise do capital, mas reorganizaram suas formas de exploração e de dominação. O que importa não é apenas a recuperação da lucratividade, mas a redefinição das funções do Estado e a subordinação das políticas sociais, incluindo a educação, à lógica mercantil. Assim, o processo de reestruturação do capital, longe de ser neutro, expressa uma disputa societária em que o público é requerido pelo privado, uma vez que é bastante atrativo ao mundo dos negócios e que a democracia é reduzida ao mínimo necessário para garantir a acumulação capitalista.

Assim, surgem alianças que vão além de um simples suporte técnico, que envolvem um processo de transferência de funções e de decisões estratégicas para investidores privados, os quais começam a induzir no planejamento, na administração e até mesmo no material didático da rede pública. Essa presença do setor empresarial na educação estatal se articula à mercantilização do ensino, pois transforma o direito à educação em um campo de negócios, orientado pela lógica de mercado e pela busca de expansão e lucratividade. Ao se apresentar como solução inovadora para desafios educacionais, o Grupo Positivo reproduz a lógica em que o capital privado se apropria de espaços, recursos e funções do Estado, o que contrapõe ao princípio constitucional da gestão pública e democrática da educação.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 122-143, set./dez. 2025.
Recebido em: 08/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

O artigo está estruturado em três seções, além da introdução e das conclusões finais. A seção inicial descreve o Grupo Positivo e suas diversas atuações; depois, a segunda parte oferece uma análise do conglomerado e da privatização educacional, refletindo sobre a transferência da posse dos ativos públicos para o setor privado; na sequência, a terceira seção aborda o controle privado sobre a educação pública, evidenciando como grupos empresariais, mais especificamente o Grupo Positivo influenciam ou determinam o planejamento escolar, a formação de professores, a avaliação, a gestão educacional, entre outros aspectos.

O Grupo Positivo

Em 1972, um grupo de professores fundou, em Curitiba, no estado do Paraná, o que viria a ser o Grupo Positivo, com a ambição de estabelecer uma nova forma de educar. A jornada começou com um curso preparatório para o vestibular, que oferecia métodos de ensino inovadores, feitos sob medida por meio da própria gráfica para as demandas dos alunos. Em meio século de história, o grupo diversificou suas atividades, integrando tecnologia e criando diversas iniciativas no ramo da educação. A educação sempre foi vista como uma área de atuação crucial, permitindo que o grupo fizesse contribuições significativas no mercado, explorando-a como um bem capaz de produzir e agregar valor (Lumertz, 2024).

Entre as décadas de 1980 e 2020, a variedade de atividades da empresa expandiu, abrangendo desde preparatórios para vestibulares até colégios, universidades, serviços de informática, computadores, celulares, gráficas, residências inteligentes, urnas eletrônicas, soluções e/ou tecnologias educacionais e startups. A partir de 2019, a Positivo Educacional passou a direcionar maior atenção ao ensino básico privado, ampliando a quantidade de suas instituições de ensino próprias e negociando uma fração da Editora Positivo com o Grupo Arco Educação, totalizando um valor de um bilhão e seiscentos e quarenta mil reais, o que inclui o Sistema Positivo de Ensino no setor privado.

A educação básica pública constitui um alvo comercial relevante para o Grupo Positivo (GP), uma vez que os sistemas de ensino relacionados a essa negociação eram comercializados para instituições de ensino privadas, enquanto o Sistema de Ensino Aprende Brasil, criado em 2005, era e continua a ser comercializado para o setor público. Acrescenta-se que os sistemas educacionais destinados ao setor privado não eram equivalentes aos disponibilizados pela mesma empresa no âmbito da educação pública, abrangendo, inclusive, aspectos relacionados ao conteúdo, aos formatos de apresentação e aos recursos materiais

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 122-143, set./dez. 2025.
Recebido em: 08/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

(Adrião *et al.*, 2016). Observa-se, portanto, que os sistemas educacionais ofertados ao setor privado não apresentavam equivalência em relação àqueles disponibilizados pela mesma empresa no âmbito da educação pública. Essa discrepância não se limitava a ajustes superficiais, mas envolvia diferenças substantivas de conteúdo, de formatos de apresentação e de recursos materiais. Tal assimetria revela a existência de uma hierarquização implícita entre os destinatários, em que o público recebe uma versão reduzida e adaptada à lógica da contenção de custos, enquanto o privado é contemplado com produtos mais completos e sofisticados.

A inclusão do grupo no setor educacional se dá de diversas formas: a primeira é através da Positivo Educacional, que é uma empresa de capital fechado; a segunda se realiza por meio da Positivo Tecnologia, que possui capital aberto. Há também o braço social do grupo com o Instituto Positivo.

A Positivo Educacional estrutura-se em três segmentos principais: o primeiro é o ensino, que abrange escolas privadas e curso preparatório para o vestibular, sendo as principais iniciativas as escolas próprias e o Curso Positivo, oferecendo diversas modalidades de educação, atendendo principalmente famílias de maior poder aquisitivo e perpetuando desigualdades educacionais. O segundo segmento é o gráfico-editorial, que tem "atuação nas áreas do ensino, soluções educacionais, tecnologia, gráfica e cultura" (Posigraf, 2024). E, por fim, o terceiro segmento é a a Aprende Brasil Educação, que é um sistema de ensino completo que comercializa soluções educacionais (produtos) para redes públicas municipais, oferecendo material didático impresso e digital, assessoria pedagógica, plataforma virtual de aprendizagem e serviços correlatos (Aprende Brasil Educação, 2024).

A Positivo Educacional concentra seus esforços em desenvolver e disponibilizar soluções educacionais para a gestão pública. Essas soluções são vendidas para as redes públicas de ensino brasileiras, como os sistemas privados de ensino Aprende Brasil e NAME (Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino), que oferecem pacotes com incluindo livros didáticos padronizados, sistemas de avaliação em larga escala, consultorias pedagógicas e de gestão escolar, além de plataformas de monitoramento dos dados educacionais. Esses produtos, apresentados como soluções completas, reduzem a complexidade do processo educativo e enfraquecem a autonomia pedagógica.

Os pacotes oferecidos por sistemas privados de ensino às redes públicas estruturadas, padronizáveis e replicáveis, desnuda o processo de mercantilização da educação, no qual a escola pública é reduzida a consumidora de soluções empresariais. Essa padronização nega a

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 122-143, set./dez. 2025.
Recebido em: 08/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

autonomia pedagógica dos docentes e das redes, impondo uma lógica de homogeneização que desconsidera as especificidades locais e as necessidades concretas dos sujeitos da educação. Ao transferir para as empresas a responsabilidade pela gestão e pela orientação pedagógica, o Estado confronta a construção democrática do Projeto Político-Pedagógico e consolida a privatização do público pela via da prestação de serviços. Assim, sob o discurso da eficiência, da modernização e da racionalização de recursos, esses pacotes funcionam como mecanismos de captura do fundo público no sentido do lucro e reforçam uma lógica competitiva empresarial na educação.

A empresa oferece, ainda, uma variedade de produtos, incluindo plataformas digitais, materiais para o Ensino Religioso, conteúdos que seguem os descritores do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), habilidades socioemocionais que estão de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), métodos de alfabetização, educação financeira e livros de literatura infantil (Aprende Brasil Educação, 2025). As soluções educacionais surgem como uma resposta às necessidades das instituições de ensino, alinhadas com o mercado educacional por meio da comercialização de materiais organizados, de sistema apostilado que visam "melhorar" a qualidade do ensino. Isso representa o mercado oferecendo soluções educacionais e criando oportunidades de negócios para empresas e serviços educacionais, vendo esses serviços como uma ótima chance de investimento (Ball, 2014, p. 157). Para Ball (2014), a comercialização de soluções políticas é uma maneira de privatizar a esfera pública. Todos os recursos pedagógicos disponíveis incluem livros didáticos, reconfigurando o currículo das escolas públicas, contribuindo para a elaboração de um projeto societário de educação para o Brasil (Lumertz, 2024).

Outra empresa do GP é a Positivo Tecnologia, uma companhia registrada na B3, indicando que suas ações são comercializadas na bolsa de valores, permitindo que qualquer investidor se torne acionista. Na prática, isso coloca a empresa sob a dinâmica do capital financeiro, condicionando algumas de suas decisões ao aumento especulativo do valor de suas ações no mercado.

Como aponta Dowbor (2017), vivemos um período em que a riqueza gerada coletivamente por meio do trabalho tem sido apropriada pelo sistema financeiro, deslocando o foco da produção real para a rentabilidade dos ativos. Nesse contexto, a Positivo Tecnologia não responde apenas às demandas de seu setor produtivo, mas também à pressão constante por retorno aos acionistas, reforçando a dinâmica em que a acumulação de capital se sobrepõe às necessidades sociais e ao próprio processo produtivo. Com capital aberto, dedicada à

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 122-143, set./dez. 2025.
Recebido em: 08/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

produção e comercialização de produtos e soluções tecnológicas para diversos setores, entre eles a educação, implica que seu capital esteja dividido em ações que circulam livremente no mercado financeiro. Sob essa ótica, a abertura de capital não se limita à captação de recursos, mas também evidencia a financeirização do capital, em que o valor da empresa passa a depender não apenas da produção efetiva, mas também da especulação e das flutuações de mercado que influenciam o preço de suas ações. Em síntese, estar listada na B3 transfere à Positivo Tecnologia o selo de credibilidade no mercado financeiro, mas também subordina a empresa à lógica rentista.

A Positivo Tecnologia abrange diversos setores, sendo destacada como uma das principais empresas de tecnologia e se apresenta como a *big tech* do Brasil (Positivo Tecnologia, 2025). A companhia promove inovação através de notebooks, smartphones, servidores, sistemas de pagamento, dispositivos inteligentes para residências e escritórios, além de fornecer soluções tecnológicas adaptadas para órgãos públicos, infraestrutura em tecnologia da informação, terceirização de Tecnologia da Informação (TI), educação tecnológica e equipamentos de segurança (Positivo Tecnologia, 2025).

Mas, cabe aqui falarmos especificamente dos produtos voltados à educação. A Positivo Informática foi fundada em 1989 por empreendedores do setor educacional, visando a produção de computadores para escolas. Até 2003, a empresa se dedicou a fornecer tecnologia para instituições de ensino. Em 2004, começou a expandir seus lucros ao entrar no setor de varejo. Desde 2018, a Positivo Tecnologia se organiza em três divisões de negócios, enfatizando sua atividade central em produtos destinados ao ambiente escolar, ao uso em casa e ao setor empresarial (Lumertz, 2024).

Para as instituições escolares, as *startups* e *edtechs* vinculadas à Positivo Tecnologia configuram-se como parte de um movimento empresarial que, sob a retórica da inovação, busca expandir sua atuação no campo educacional por meio da oferta de pacotes padronizados e soluções digitais. Distantes de promover uma democratização no acesso ao saber, tais iniciativas acentuam a lógica do mercado, convertendo a escola pública em consumidora de serviços privados e, consequentemente, restringindo a autonomia e a capacidade intelectual dos educadores.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 122-143, set./dez. 2025.
Recebido em: 08/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

Em 2021, a Positivo Tecnologia apresentou o Educacional Ecossistema Tecnologia e Inovação[3], que cria e disponibiliza soluções educacionais sob medida para instituições de ensino, tanto da rede pública quanto da privada, em todo o Brasil

> No setor de educação, a empresa se destaca com o Educacional – sua área de negócios que desenvolve e distribui plataformas de aprendizagem digital, conteúdos interativos e ferramentas para gestão escolar. Grande parte dessas soluções está integrada ao Hub Educacional[4], plataforma que oferece aplicações desenvolvidas pelo próprio Educacional e também por *EdTechs* parceiras (Almeida, 2025).

A Positivo Tecnologia não para de investir em inovação, comercializando plataformas digitais com propostas personalizadas de aprendizagem, como a Educacional Ecossistema Tecnologia e Inovação, que começa a promover a noção de que a tecnologia e a inovação são essenciais para aprimorar a qualidade do ensino. Nessa perspectiva, tecnologia e inovação não são apenas instrumentos pedagógicos, mas mercadorias revestidas de aura salvacionista, que prometem modernidade, eficiência e qualidade, deslocando a atenção das contradições estruturais da educação pública como a falta de financiamento adequado, a desvalorização dos professores, a falta de estrutura física das escolas e as desigualdades no acesso, permanência e conclusão da escolarização em direção a propostas padronizadas oferecidas pelo setor privado, como as soluções prontas oferecidas pelo GP.

> La personalización pretende oferecer servicios educativos a medida para que cada estudiante-consumidor o consumidora pueda lograr una experiencia de aprendizaje adaptativo (*adaptative learning*). Para ello, se requiere la utilización de algoritmos, minería de datos, analíticas de aprendizaje e inteligencia artificial (IA) (Sagrado, 2023).

Nesse panorama, a implementação de ferramentas tecnológicas reflete a mudança estrutural da educação para o setor privado, impulsionada pelo avanço do capitalismo contemporâneo e pela sua capacidade de mercantilizar esferas antes protegidas da lógica do lucro (Saura, 2022). Trata-se de um movimento que não se limita à introdução de artefatos digitais no cotidiano escolar, mas que expressa a penetração de racionalidades empresariais

[3] No Ecossistema Positivo (ligado ao Grupo Positivo de Educação), não se trata apenas de uma plataforma ou espaço único, mas de uma rede de soluções integradas que envolve escolas parceiras, editoras, tecnologias educacionais, consultorias e formação docente. Disponível em: https://www.positivotecnologia.com.br/inovacao-que-voce-vive/. Acesso em: 27 de ago. de 2025.

[4] A HUB Educacional **é** um modelo que se organiza como ponto de convergência de serviços e recursos ligados à educação. Geralmente funciona como um espaço (físico ou digital) onde escolas, professores, estudantes e famílias acessam materiais pedagógicos, formações, tecnologias e suporte.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 122-143, set./dez. 2025.
Recebido em: 08/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

no interior das políticas públicas, convertendo direitos sociais em nichos de negócio altamente rentáveis. As *EdTechs* têm se expandido aceleradamente, consolidando o capitalismo digital "en un contexto de mercado con alto potencial de ganancias", sobretudo porque "tienen una gran incidencia en todas las facetas del proceso educativo" (Sagrado; Matta; Gil, 2023).

Os autores criticam a retórica da personalização da aprendizagem, que, sob o verniz da inovação tecnológica e do discurso da individualização, se articula como um mecanismo de expansão do capitalismo digital, ao prometer experiências educativas sob medida, baseadas em algoritmos, mineração de dados e inteligência artificial, o que se instala é uma lógica de consumo, na qual o estudante é transformado em cliente e a educação em mercadoria adaptável.

Nessa perspectiva, as *EdTechs* ocupam um papel central longe de apenas auxiliarem o trabalho pedagógico, elas se convertem em vetores da privatização, reconfigurando a prática docente e subordinando a escola às exigências de um mercado altamente lucrativo. O que está em jogo, portanto, não é simplesmente a adoção de novas ferramentas, mas uma mudança estrutural na própria natureza da educação pública, que passa a ser capturada pela racionalidade empresarial e pelos interesses do capital em sua fase digital.

> O imaginário da tecnologia como solução de todos os problemas sociais e a entrada de soluções educacionais digitais na escola pública abrem um novo terreno para a privatização. Diante da suposta necessidade de transformação digital da educação, diferentes sujeitos privados atualizam seus mecanismos de atuação e buscam influenciar na formulação de políticas públicas para ampliar seu espaço de inserção (Lima; Peroni; Pires, 2024).

Ao ser apresentada como modernização inevitável, a transformação digital da educação revela-se uma estratégia que legitima a ampliação do mercado privado no interior da escola pública, subordinando-a a interesses corporativos. Nesse processo, a tecnologia, embora apresente potencial para enriquecer práticas pedagógicas e ampliar o acesso a recursos educativos, é apropriada por agentes privados que se aproveitam desse espaço para consolidar sua presença e para reforçar a lógica do privado. Dito isso, empresas como a Positivo Tecnologia têm se aproveitado dessa abertura para ampliar sua inserção no setor.

Cumpre destacar, ainda, o Instituto Positivo (IP), fundado em 2012 em comemoração aos 40 anos do Grupo Positivo, formado como uma Organização da Sociedade Civil de

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 122-143, set./dez. 2025.
Recebido em: 08/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

Interesse Público (Oscip), concebido para gerenciar iniciativas sociais de empresas, alinhando-se à abordagem do investimento social privado.

Desde 2015, o IP foca no Regime de Colaboração, implementado através dos Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs) à reforma do Estado brasileiro, que se intensificou a partir da década de 1990, possibilitando a consolidação de um modelo de gestão educacional de natureza gerencial, caracterizado pela forte infiltração de interesses privados na esfera pública. Com respaldo em leis como a Emenda Constitucional nº 19/1998 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, as parcerias público-privadas começaram a ser vistas como respostas eficazes para questões antigas da educação básica. Entretanto, essa dinâmica revela uma estratégia de privatização disfarçada de colaboração, na qual empresas, fundações e institutos se tornam protagonistas na formulação de políticas, currículos e práticas administrativas.

Dessa forma, os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs) surgem como uma abordagem de cooperação intergovernamental; contudo, na realidade, configuram uma expansão da influência do setor privado sobre a educação pública. O ADE, com a colaboração do Instituto Positivo, revela como a lógica do mercado direciona as ações, delegando ao empresariado responsabilidades de planejamento e execução da política educacional que deveriam ser exclusivas do Estado.

Desta maneira, estamos diante de um movimento que coloca em risco a própria ideia de educação enquanto direito social e universal de todos, transformando-a em uma prestação de serviço regulada por normas de mercado. A consequência disso é que se fragiliza a esfera pública e se enfraquece a autonomia das redes municipais, que começam a se submeter aos interesses privados, sob o pretexto de uma modernização que se diz necessária. Os ADEs, em suma, não apenas se transformaram em barreiras entre o setor público e o privado, mas também reafirmaram a dominação do capital na competição pelo financiamento público e na definição das políticas sociais.

Mesmo quando não implicam transferência direta de recursos públicos, os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs) configuram-se como mecanismos de abertura de novos mercados educacionais. A comercialização de sistemas privados de ensino, como o Sistema Aprende Brasil, adquirido por diversas prefeituras que integram tais arranjos, evidencia que as chamadas parcerias extrapolam o campo da colaboração pedagógica. Nesse contexto, observa-se a articulação entre filantropia empresarial, grupos de influência política e interesses mercantis, compondo uma estratégia de expansão que insere a lógica do mercado no interior da educação pública. Como aponta Carvalho (2019), práticas apresentadas como

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 122-143, set./dez. 2025.
Recebido em: 08/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

cooperação e inovação ocultam processos de privatização indireta, reforçando a subordinação das redes municipais à soluções empresariais e deslocando a formulação da política educacional do campo democrático para o econômico.

Nesta parte, discutiu-se o Grupo Positivo e suas ações no contexto da educação. No item seguinte, examinaremos de que maneira o GP tem se empenhado na disputa, através da comercialização de soluções educacionais, com o intuito de acessar os recursos públicos.

O Grupo Positivo e a Privatização Educacional na disputa pelo fundo público

Esta seção pretende apresentar o Grupo Positivo e suas formas de privatização a partir da transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, utilizando-se principalmente de Rikowski (2017), que descreve a privatização de duas formas principais. A primeira é a privatização tradicional, que envolve a transferência da posse de bens públicos para entidades privadas, ou seja, a disputa pelo fundo público no sentido do lucro, entendendo a educação transformando-se em capital. A segunda refere-se ao controle das empresas sobre o sistema educacional, não envolvendo propriedade, mas uma disputa pelo conteúdo. É o que Rikowski (2017) aponta como privatização *da* e *na* educação. Para o autor, a privatização *da* educação envolve uma disputa pelo fundo público no sentido do lucro, é a educação tornando-se capital. A privatização *na* educação é a tomada de controle por parte das empresas e não envolve propriedade, ocorre na disputa pelo conteúdo.

As políticas sociais no Brasil, notadamente no âmbito educacional, passaram por transformações consideráveis entre as décadas de 1980 e 1990. Durante a década de 1980, no contexto da redemocratização, o debate público estabeleceu a educação como um direito social universal e uma obrigação do Estado; contudo, nos anos 1990, destacou-se um movimento de reestruturação do Estado, fundamentado no pensamento neoliberal, que transferiu responsabilidades estatais para as esferas local, comunitária e, até mesmo, privada. Sob o discurso de autonomia e de novos modelos de gestão, operou-se uma racionalidade, que, ao invés de garantir a efetivação da gestão democrática, funcionou como justificativa para a diminuição da presença do Estado e para a introdução de práticas gerenciais próprias do mercado. Esse processo representou não apenas uma mudança administrativa, mas a consolidação de uma lógica que fragiliza a dimensão pública da educação, ao transformá-la em espaço de gestão por resultados e de responsabilização das escolas e comunidades, encobrindo a retirada do compromisso estatal com a garantia plena do direito educacional.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 122-143, set./dez. 2025.
Recebido em: 08/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

Este período consolidou também o espaço para as parcerias público-privadas na educação, em que esse contexto é caracterizado pelo crescimento da privatização dentro de um processo de redefinição do papel do Estado, no qual o setor privado se conecta intimamente às dinâmicas de mercado, implicando diretamente na democratização da educação básica pública (Lumertz, 2024).

Na década de 2000, evidenciou-se a continuidade e o aprofundamento da influência do setor privado sobre o setor público na educação. Tal influência se materializou de diferentes formas, como a transferência de atribuições estatais ao terceiro setor e às empresas privadas com fins de lucro, a intensificação das parcerias público-privadas e, sobretudo, a consolidação de uma lógica gerencialista que orientou a administração da esfera pública segundo princípios mercadológicos. Esse processo não representou apenas um arranjo administrativo, mas a expressão de um projeto político e societário que tensiona o caráter público da educação, deslocando-a de um direito social para uma mercadoria regulada por interesses corporativos.

Após a crise de 2008, Abdala e Puello-Socarrás (2019) introduzem a noção de novo neoliberalismo, fundamentada na difusão do empreendedorismo e do individualismo como valores centrais. Esse modelo assume feições específicas, expressas no Estado Punitivo, Empreendedor e de Trabalho, nos modos de Governo e Organizacional marcados pela lógica da governança e da nova gestão público-privada e na forma institucional regulatória que redefine a atuação estatal. Em síntese, configura-se como um projeto político transnacional da classe capitalista (Puello-Socarrás, 2021), no qual o Estado deixa de ser garantidor de direitos sociais e se reposiciona como mediador e regulador de interesses do capital.

Nessa realidade, o Estado empreendedor desloca responsabilidades que antes pertenciam ao poder público para organizações coletivas e privadas, produzindo o enfraquecimento do horizonte democrático em favor de uma lógica meritocrática e competitiva. No campo educacional, essa inflexão se materializa na consolidação das soluções educacionais, que passam a disputar recursos estatais, influenciar o conteúdo curricular e exercer controle sobre os processos pedagógicos, alinhando-se às exigências do mercado.

O avanço do setor privado na educação evidencia como as empresas com fins lucrativos transformam a esfera pública em espaço de acumulação do capital. Ao disponibilizarem às escolas pacotes educacionais estruturados, padronizáveis e replicáveis que incluem materiais didáticos, avaliações externas, consultorias pedagógicas, formação de professores e de gestão, além de sistemas de monitoramento de dados, essas corporações capturam parcelas do fundo público. Tal dinâmica, apresentada como solução de eficiência e

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 122-143, set./dez. 2025.
Recebido em: 08/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

modernização, opera, na realidade, como mecanismo de mercantilização da educação, subordinando o direito social ao imperativo da rentabilidade.

Entra em disputa por estas empresas educacionais o fundo público, pois elas passam a negociar diretamente com municípios e estados as soluções educacionais mais diversas para a administração pública. Este artigo trata especificamente do Grupo Positivo, que, como já vimos, atua na educação por diferentes frentes: capital aberto, capital fechado e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Esse processo envolve a lógica do mercado na educação:

> Os mercados envolvem a produção de mercadorias (*commodities*) (que são compradas e vendidas); 2. Há um campo de produção definido (por exemplo, escolaridade, formação ou ensino superior); 3. Há uma troca monetária entre produtor e consumidor de mercadorias (*commodities*); 4. Existem relações de concorrência entre os produtores; 5. Há mercado de subjetividades – as atitudes e comportamentos adequados ao mercado de produção, consumo e troca (Rikowski, 2014, p. 28).

Esse trecho coloca em evidência como o avanço do setor privado na educação opera pela lógica de mercadificação. O que se observa é que o fundo público, destinado constitucionalmente a garantir o direito à educação, passa a ser disputado por empresas com fins de lucro que transformam a esfera pública em campo de valorização do capital. Como aponta Peroni (2003), essa dinâmica é parte do projeto neoliberal que redefine o papel do Estado, pois, ao invés de ser o provedor direto de políticas educacionais, atua como mediador e financiador de soluções privadas, reforçando o processo de privatização. A captura do fundo público, apresentada como eficiência e modernização, mascara a transferência de recursos para o setor privado e reduz a autonomia pedagógica do sistema de ensino e da escola. A chamada "apropriação de recursos públicos", disfarçada sob o argumento da eficiência e modernização, destaca uma tendência fundamental nas políticas educacionais atuais do Brasil: o emprego de verbas públicas para promover a expansão e o lucro do setor privado. Esse fenômeno não é neutro, ele está profundamente conectado à dinâmica do capital, que converte a educação em um produto e transforma a escola pública em um ambiente de negócios.

Ao sustentar que a privatização ocorra através das soluções educacionais ou pela terceirização de serviços e gestão, representa "eficiência" e esconde, na verdade, as transferências de recursos públicos para o enriquecimento privado. Dessa forma, não se busca aprimorar a educação pública, mas, sim, eliminar sua autonomia pedagógica, impondo currículos, materiais e avaliações produzidos em larga escala por empresas que subordinam a

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 122-143, set./dez. 2025.
Recebido em: 08/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

prática educacional à lógica do lucro. Sob o pretexto de modernização, contradiz-se a situação em que a escola deixa de ser um ambiente para a construção coletiva do saber e passa a ser um apêndice do mercado, atuando como disseminadora de conteúdos educacionais previamente estabelecidos por agentes externos. Essa transformação resulta em uma significativa diminuição da liberdade e da intelectualidade dos professores e, por consequência, da autonomia pedagógica da instituição. Dessa maneira, a retórica sobre eficiência e inovação opera como um instrumento ideológico que reforça a transferência do fundo público para a iniciativa privada, promovendo a lógica de mercantilização da educação e comprometendo a noção de educação como um direito social.

Esta seção apresentou uma das formas de privatização educacional discutida por Rikowski (2017), que trabalha com a concepção de privatização pela disputa do fundo público, analisando como o capital busca novas formas de se expandir em meio às crises de acumulação. O processo de mercantilização constitui a educação como mercadoria, sendo a privatização da educação o próprio desenvolvimento capitalista, ou seja, é a capitalização transformando a receita do Estado em lucro privado. No próximo item, veremos como a privatização está fazendo o controle da educação.

O Controle da Educação por meio do material padronizado

Segundo Rikowski (2017), a constituição de mercados educacionais é fundamental para a capitalização da educação. Esse processo envolve a mercantilização e a mercadificação, bem como outros elementos, como a ação de lobistas, *think tanks* e meios de comunicação, que atuam na difusão de políticas de persuasão e de publicidade em favor do setor privado. Além disso, a comercialização está presente nas escolas por meio de propaganda em livros didáticos, *softwares*, produtos tecnológicos e até anúncios filantrópicos, assim como pela produção de mercadorias educacionais, como videoaulas e plataformas digitais. Por fim, o mercado da tecnologia da informação se expande por meio de instrumentos de avaliação, monitoramento e vigilância, como *softwares* de gestão e circuitos internos de TV.

Esse processo de mercantilização está articulado à mercadificação e significa a incorporação de lógicas do setor privado dentro das políticas e da gestão educacional. No contexto brasileiro, essa dinâmica pode ser observada na crescente inserção dos sistemas privados de ensino (vendidos como soluções educacionais por empresas como o GP) nas

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 122-143, set./dez. 2025.
Recebido em: 08/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

redes públicas municipais e estaduais, o que reforça a lógica de que o setor privado teria um papel solucionador para a escola pública ao mesmo tempo em que, como já vimos na seção anterior, apropria-se de recursos do fundo público. Além disso, a forte presença da propaganda educacional e de pacotes tecnológicos direcionados às escolas revela a mesma lógica destacada por Rikowski (2017), de que não se trata apenas de vender produtos, mas de constituir um mercado estruturado em torno da educação.

No entanto, a privatização da educação pode se dar, segundo Peroni (2018), tanto pela mudança de propriedade, isto é, pela transferência do caráter estatal para um terceiro setor ou privado, quanto pela constituição de parcerias entre instituições públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, onde o privado determina o que é público, ou, ainda, naquelas situações em que se mantém a propriedade estatal, mas se adota uma lógica de mercado, reorganizando, em especial, os processos de gestão e redefinindo o conteúdo da política educacional (Peroni, 2015). A educação pública está sendo mercantilizada e envolvendo vários agentes, tanto individuais quanto coletivos, que operam em redes que vão do local ao global e que se comunicam a partir de diversas esferas, como o setor financeiro, organismos internacionais e até o setor governamental (Peroni, 2015).

Dessa forma, o que é ensinado nas instituições de ensino passa a ser determinado pelo setor privado, que incorpora a lógica de mercado na gestão pública, seja por meio de uma administração gerencial ou mantendo a propriedade pública, mas com o direcionamento das políticas educacionais entregues ao setor privado (Peroni, 2015). A educação continua sendo oferecida de forma pública, mas a privatização se manifesta no "conteúdo da proposta", refletindo a lógica comercial tanto na pedagogia quanto na estrutura das escolas públicas (Peroni, 2015). Esses movimentos de privatização na área da educação transformam a discussão acerca da democratização do ensino público, reestruturando a educação como um bem coletivo, sob a influência da lógica de mercado, e se distanciando gradualmente da gestão democrática:

> A prática cotidiana da gestão democrática na escola é uma ferramenta que possibilita diferentes aprendizados para a democracia, logo, o processo de privatização acaba rompendo com essa lógica de igualdade social, de direitos materializados em políticas sociais, de coletivização de decisões e participação na formulação da política, uma vez que tudo já está previamente definido (Lumertz, 2024, p. 37).

A gestão democrática nas instituições de ensino, quando implementada na rotina, não se restringe a um modelo administrativo, mas configura um ambiente pedagógico para a

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 122-143, set./dez. 2025.
Recebido em: 08/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

formação da cidadania, uma vez que possibilita experiências, práticas de participação, diálogo, decisões coletivas e exercício da democracia. Isto é, na instituição educacional, a vivência da democracia é igualmente adquirida por meio da prática nas relações e nas deliberações coletivas.

A crítica surge ao se afirmar que o processo de privatização da educação quebra essa lógica. Esse fenômeno se dá em função de que, nos modelos de privatização, as decisões referentes ao currículo, à gestão ou às prioridades já são estabelecidas previamente por conglomerados, corporações ou institutos privados, restringindo, ou até mesmo impedindo, a participação da comunidade escolar. Dessa forma, observa-se uma ruptura nos direitos assegurados por meio de políticas públicas, que são substituídos pela lógica mercantil, na qual os sujeitos deixam de ser protagonistas na elaboração das ações políticas-pedagógicas, tornando-se meros executores de decisões impostas externamente.

A privatização da educação compromete a função formadora e constitucional da gestão democrática, prejudica a construção de uma cultura de participação cidadã e transforma a escola, de um espaço coletivo, em um local destinado à execução de pacotes pré-elaborados que atendem aos interesses privados.

Um aspecto importante da avaliação das políticas educacionais atuais refere-se à orientação do conteúdo pedagógico. Quando entidades empresariais e fundações privadas iniciam o controle de currículos, metodologias e avaliações, nota-se a imposição de uma lógica de mercado sobre as práticas pedagógicas. Dentro desse paradigma, os conteúdos educacionais deixam de estar vinculados a um projeto coletivo voltado para a formação integral do indivíduo, passando a se submeter à lógica da eficiência, da performatividade e da padronização. Nesse contexto, a instituição de ensino torna-se uma reprodutora de pacotes pedagógicos elaborados por agentes externos que não se comunicam com a realidade social e local das pessoas, individualizando o trabalho educacional, cumprindo as exigências de um mercado de trabalho precário e da competitividade capitalista.

A lógica da privatização transcende a mera questão de financiamento, reconfigurando a função da educação pública em sua essência: em vez de garantir o direito social à educação, alicerçado nos princípios constitucionais de liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; gestão democrática do ensino público; garantia de padrão de qualidade entre outros possibilitando uma formação crítica, o conteúdo das políticas educacionais é direcionado para atender aos interesses do capital. A educação passa por um processo de

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 122-143, set./dez. 2025.
Recebido em: 08/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

privatização como política pública, redefinindo o papel do Estado nas suas responsabilidades, repassando para a sociedade a direção e a execução de políticas sociais (Peroni, 2018). Dessa forma, constitui-se uma reconfiguração da educação pública voltada para os interesses privados, na qual o ato de ensinar se transforma em treinamento, e a formação de indivíduos autônomos torna-se a capacitação de mão de obra flexível, adaptável e econômica. Assim, a apropriação do conteúdo pedagógico por empresas e fundações intensifica a despolitização da instituição escolar, elimina sua função social e reforça a concepção de educação como mercadoria. Ao invés de contribuir para a emancipação humana, a escola passa a cumprir um papel de ajuste social, naturalizando desigualdades e legitimando a ordem vigente.

O controle da educação, no âmbito da privatização, manifesta-se como um processo de redefinição da função do Estado, que transita de assegurador de direitos sociais para promotor de políticas direcionadas por interesses particulares. Uma espécie de privatização por dentro da escola pública, na qual empresas fundacionais e institutos desempenham um papel central na elaboração e na implementação das políticas educacionais. Esse movimento, apresentado sob a justificativa da eficiência e da inovação, rompe com os fundamentos da gestão democrática, uma vez que as decisões deixam de ser elaboradas de forma coletiva e passam a ser previamente estipuladas por agentes privados. Nessa perspectiva, a educação é desconsiderada como um direito universal e passa a ser considerada como um serviço, subordinado às exigências do mercado, o que resulta na perda de sua função social, longe de exercer uma justiça social.

O trabalho realizado no município de Gravataí/RS mostrou que os Sistemas Privados de Ensino não se limitam a oferecer materiais didáticos, mas operam como mecanismos de controle da política e da prática educacional. Esse controle manifesta-se em diferentes dimensões: no conteúdo, por meio de apostilas padronizadas que definem o currículo e reduzem a autonomia pedagógica; na formação docente, transformada em treinamentos voltados à aplicação de pacotes, esvaziando a reflexão crítica; no trabalho docente, submetido a protocolos rígidos de execução e acompanhamento; no planejamento e nas práticas de sala de aula, engessadas pela lógica de manuais e roteiros que anulam a criatividade e a singularidade das escolas; e, ainda, no monitoramento de dados educacionais, que detém informações da rede e as coloca a serviço da lógica do mercado.

Como vimos nessa seção, o controle na educação, em meio ao avanço da privatização, redefine o papel do Estado e submete a escola pública à lógica gerencialista. Ao padronizar

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 122-143, set./dez. 2025.
Recebido em: 08/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

conteúdos, regular o trabalho docente e monitorar resultados, os Sistemas Privados de Ensino esvaziam a autonomia pedagógica e transformam a educação de direito social em mercadoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a análise do Grupo Positivo exemplifica como conglomerados educacionais se expandem sobre diferentes frentes institucionais e jurídicas (capital aberto, fechado, OSCIP), operando no campo da mercadoria. Portanto, a oposição entre público e privado não pode ser compreendida unicamente em termos de propriedade. O que se apresenta são projetos societários antagônicos: de um lado, o público, associado à afirmação de uma democracia materializada em políticas públicas e orientada pela universalização dos direitos; de outro, o privado, guiado pela lógica de valorização do capital, que converte direitos em mercadorias e os subordina às demandas do mercado.

A análise empreendida neste estudo evidencia que a inserção do Grupo Positivo na educação pública brasileira não pode ser entendida como simples busca por eficiência administrativa. Ao contrário, trata-se de um movimento de mercantilização e privatização, no qual direitos sociais se transformam em mercadorias e o fundo público é capturado por corporações empresariais. A mercantilização da educação, incentivada por conglomerados empresariais como o Grupo Positivo, constitui uma das manifestações mais claras da apropriação dos fundos públicos e da reconfiguração da escola pública subordinada aos interesses do capital. Distante de ser entendido como modernização ou eficiência, tal processo envolve uma significativa reconfiguração da função social da educação.

De outra forma, compreende-se que o controle na educação, em um cenário de privatização, ultrapassa a dimensão técnica ou administrativa e assume caráter político, ao redefinir o papel do Estado submetendo a escola a interesses privados. Ao padronizar conteúdos, regular o trabalho docente e monitorar resultados, os Sistemas Privados de Ensino, vendidos como soluções educacionais, enfraquecem a autonomia pedagógica e deslocam a educação de seu sentido como direito social para sua condição de mercadoria, evidenciando a contradição entre o público e o privado na formulação das políticas educacionais.

Um efeito fundamental é a precarização das condições de trabalho dos docentes, o docente vê sua autonomia reduzida, tornando-se responsável apenas por aplicar conteúdos estabelecidos previamente em materiais padronizados, que podem incluir apostilas ou plataformas digitais. A atividade pedagógica, anteriormente entendida como uma prática

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 122-143, set./dez. 2025.
Recebido em: 08/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

intelectual e criativa, foi simplificada a funções reiterativas e regulamentadas, que se encontram em consonância com a lógica de produtividade e eficiência característica do mercado. Esta dinâmica intensifica a desvalorização da carreira docente e submete a prática pedagógica às diretrizes do setor empresarial.

A análise crítica da educação privatizada revela que o processo vai além da simples passagem de serviços públicos para o setor privado, são projetos societários e disputa (Peroni, 2015). O setor privado procura dominar a definição dos objetivos da escola pública, promovendo propostas de modernização, eficácia e eficiência. Isso implica uma mudança no papel do Estado, que deixa de assegurar direitos sociais e se torna um gestor dos interesses privados. A privatização altera o espaço público sob uma lógica mercantil, com empresas definindo currículos e políticas educacionais, o que reduz a gestão democrática em favor de uma abordagem centralizadora e autoritária, favorecendo a hegemonia burguesa e transformando a educação em um serviço, não mais um direito. Em tempos sombrios de avanço de políticas neoliberais e neoconservadoras que nos retiram direitos, a educação tem se tornado ferramenta de acomodação às demandas do mercado, em vez de um espaço de possibilidade de compreensão de que ensinar e aprender também é participar da construção de um mundo mais justo, equitativo, igualitário, plural e diverso.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Paulo Ricardo Zilio; PUELLO-SOCARRAS, José Francisco. Reflexiones sobre la administración pública y el neoliberalismo en nuestramérica, siglo XXI. **REAd - Revista Eletrônica de Administração** (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 22-39, 2019.

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas; GARCIA, Teise de Oliveira Guaranha; BORGHI, Raquel Fontes; BERTAGNA, Regiane Helena; PAIVA, Gustavo Bottura; XIMENES, Salomão Barros. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educ. Soc.,** Campinas, v. 37, n. 134, p.113-131, jan./mar. 2016.

ALMEIDA, Rafael de. **Como o Educacional, área da Positivo Tecnologia, revoluciona a educação com IA generativa na AWS.** AWS, 03 de jun. de 2025. Disponível em: https://aws.amazon.com/pt/blogs/aws-brasil/como-o-educacional-area-da-positivo-tecnologia-revoluciona-a-educacao-com-ia-generativa-na-aws/. Acesso em: 27 ago. 2025.

APRENDE BRASIL EDUCAÇÃO. **Com a Aprende Brasil Educação seus alunos conquistam mais oportunidades de aprendizado.** Disponível em: https://aprendebrasil.com.br/quem-somos/. Acesso em: 8 out. 2024.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 122-143, set./dez. 2025.

Recebido em: 08/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

APRENDE BRASIL EDUCAÇÃO. **Sobre a plataforma.** Disponível em: https://aprendebrasil.com.br/aprende-brasil-digital/. Acesso em: 31 jul. 2025.

BALL, Stephen John. **Educação Global S. A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014. 270 p.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs): nova oportunidade de negócios educacionais para as organizações do setor privado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 57-76, jan./abr. 2019.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Outras Palavras, 2017.

POSIGRAF. **Imprimir é evoluir construir e reinventar.** Disponível em: https://posigraf.com.br/quem-somos/. Acesso em: 08 de out. de 2025.

LIMA. Paula Valim de. PERONI, Vera Maria Vidal. PIRES. Daniela de Oliveira. Novas Tecnologias, Velhas Propostas: Soluções Educacionais Privadas Do Analógico Ao Digital. **Revista Trabalho Necessário**, *[S. l.]*, v. 22, n. 48, p. 01–15, 2024. DOI: 10.22409/tn.v22i48.62246

LUMERTZ, Juliana Selau. **O Sistema de Ensino Aprende Brasil e suas Implicações para a Democratização da Educação Básica no município de Gravataí/RS.** 2024. 167f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Política Educacional e papel do Estado**. São Paulo: Xamã, 2003.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Implicações da Relação Público-Privada para a Democratização da Educação.** 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PERONI, Vera Maria Vidal. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica púbica no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo Sem Fronteiras,** Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan. 2018.

PERONI, Vera Maria Vidal; LIMA, Paula Valim de. A educação básica no contexto de avanço neoliberal, neoconservador e neofascista: a conjuntura atual e os desafios para a democratização da educação. **Educere et Educare**, v. 18, n. 47, p. 34–52, 2023.

POSITIVO TECNOLOGIA. **A inovação que você vive.** Disponível em: https://www.positivotecnologia.com.br/inovacao-que-voce-vive. Acesso em: 25 ago. 2025.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Novo Neoliberalismo: Arquitetônica Estatal No Capitalismo Do Século XXI. **REAd - Revista Eletrônica de Administração,** (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 27, n.1, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-2311.309.111147

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 122-143, set./dez. 2025.
Recebido em: 08/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

RIKOWSKI, Glenn. Crises in education, crises of education. **Paper prepared for the Philosophy of Education Seminars at the University of London,** Institute of Education, 2014-15.

RICOWSKI, Glenn. Privatização em Educação e formas de mercadoria. **Retratos Da Escola**. Brasília: CNTE, v. 11, n. 1, jul. 2017.

SAGRADO, Antonio Lovato. Las corporaciones tecnológicas y la reconfiguración docente. **Viento Sur**, n. 188, 7 de jul. de 2023. Disponível em: https://vientosur.info/las-corporaciones-tecnologicas-y-la-reconfiguracion-docente. Acesso em: 6 jan. 2024.

SAGRADO, Antonio Lovato; MATTA, Amanda Aliende da; GIL, Eric Prats. Las corporaciones tecnológicas y la reconfiguración docente. **Desde abajo: la otra posición para leer**, 10 de jul. de 2023. Disponível em: https://www.desdeabajo.info/rotador-incio/item/las-corporaciones-tecnologicas-y-la-reconfiguracion-docente.html. Acesso em: 27 de ago. de 2025.

SAURA, Geo; CANCELA, Ekaitz; ADELL, Jordi. ¿Nuevo keynesianismo o austeridad inteligente? Tecnologías digitales y privatización educativa pos-COVID-19. **Education Policy Analysis Archives,** v. 30, n. 116, p. 1-27, 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

SOBRE A AUTORA

Juliana Selau Lumertz
Licenciada em Pedagogia e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na linha de Políticas e Gestão de Processos Educacionais. Professora da rede municipal de Porto Alegre desde 2009, com experiência em alfabetização, orientação escolar, coordenação pedagógica, formação de professores e ex-membro do Conselho Municipal de Educação (Gravataí). Integra o Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado na Educação (GPRPPE/UFRGS), dedicando-se a estudos sobre gestão democrática, políticas educacionais e relação público-privada.
E-mail: juliana.lumertz@gmail.com

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 122-143, set./dez. 2025.
Recebido em: 08/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025